



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM PERMACULTURA**

Maria Francisca dos Santos Daussy

**Aproximação entre Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária no
cultivo de hortas agroecológicas em Unidades Básicas de Saúde.**

Florianópolis

2024

Maria Francisca dos Santos Daussy

Aproximação entre Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária no cultivo de hortas agroecológicas em Unidades Básicas de Saúde.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Especialização em Permacultura do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Permacultura.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Augusto Alves Pereira

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Daussy, Maria Francisca dos Santos

Aproximação entre Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária no cultivo de hortas agroecológicas em Unidades Básicas de Saúde. / Maria Francisca dos Santos Daussy ; orientador, Prof. Dr Antonio Augusto Alves Pereira, 2024.
41 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Curso de Especialização em Permacultura, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Permacultura, Promoção da Saúde, Saúde Planetária, Agricultura Urbana, Atenção Primária à Saúde. I. Pereira, Prof. Dr Antonio Augusto Alves . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Permacultura. III. Título.

Maria Francisca dos Santos Daussy

Aproximação entre Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária no cultivo de hortas agroecológicas em Unidades Básicas de Saúde.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Especialista em Permacultura e aprovado em sua forma final pelo Curso de Especialização em Permacultura.

Florianópolis, 19 de julho de 2024

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Dr. Antônio Augusto Alves Pereira
CCA/UFSC
Orientador



Esp. Mayara Floss
SMS Florianópolis

Prof. Dr. Luiz Henrique Chad Pellon
UNIRIO

Florianópolis, 2024

RESUMO

Os crescentes desafios contemporâneos que se apresentam para a saúde pública, sobretudo aqueles relacionados às emergências climáticas, têm impulsionado a busca por práticas transformadoras para orientar o cuidado em saúde. Este texto reflete sobre as aproximações entre Permacultura, a Promoção de Saúde e Saúde Planetária no cultivo de hortas agroecológicas em Unidades Básicas de Saúde enquanto estratégia para qualificar o cuidado pessoal, comunitário e ambiental e integrar práticas sustentáveis ao SUS. Trata-se de um estudo reflexivo, a partir de uma revisão narrativa da literatura e da experiência profissional com agricultura urbana no município de Florianópolis. A Permacultura oferece uma abordagem inovadora e sustentável que pode transformar as práticas de cuidado em saúde ao incorporar princípios ecológicos aos sociais e comunitários e promover uma ecologia dos saberes com aprendizagem mútua e colaboração interdisciplinar.

Palavras-chave: permacultura; promoção da saúde; saúde planetária; agricultura urbana; atenção primária.

ABSTRACT

The growing contemporary challenges facing public health, especially those related to climate emergencies, have driven the search for transformative practices to guide health care. This text reflects on the connections between Permaculture, Health Promotion and Planetary Health in the cultivation of agroecological gardens in Basic Health Units as a strategy to qualify personal, community and environmental care and integrate sustainable practices into the SUS. This is a reflective study, based on a narrative review of the literature and professional experience with urban agriculture in the city of Florianópolis. Permaculture offers an innovative and sustainable approach that can transform health care practices by incorporating ecological principles into social and community principles and promoting an ecology of knowledge with mutual learning and interdisciplinary collaboration.

Keywords: permaculture; health promotion; planetary health; urban agriculture; primary care.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação gráfica do contexto de estudo

Figura 2 - Éticas e princípios do planejamento em Permacultura

Figura 3 - A Flor da Permacultura

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS	Atenção Primária à Saúde
CRAS	Centros de Referência em Assistência Social
DeSC	Descritores da Saúde Coletiva
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
DF	Distrito Federal
ESF	Estratégia Saúde da Família
GEE	Gases de Efeito Estufa
HAMB	Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PANC	Planta Alimentícia Não Convencional
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
PNPMF	Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 Objetivo Geral	12
2.2 Objetivos Específicos	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	13
4 PERCURSO METODOLÓGICO	18
5 PERCURSO DE APROXIMAÇÃO	19
5.1 Implantar, cuidar e desfrutar de uma horta agroecológica	19
5.2 Permacultura como prática no cuidado em saúde	21
5.3 Tempo de Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária	23
5.4 Elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis	25
5.5 Criar ambientes favoráveis à saúde	26
5.6 Importância da ação comunitária	27
5.7 Desenvolvimento de habilidades pessoais	28
5.8 Reorientação do cuidado em saúde	28
6 CONSIDERAÇÕES	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

São crescentes os desafios locais e globais que se apresentam para a saúde pública, sobretudo aqueles relacionados às emergências climáticas, o que tem impulsionado a busca por práticas transformadoras para orientar o cuidado em saúde. Relatórios anuais publicados pela Lancet Countdown sobre o impacto das mudanças climáticas na saúde global enfatiza a urgência de ações imediatas e abrangentes para mitigar os efeitos devastadores, que já estão comprometendo a saúde das populações ao redor do mundo. As mudanças climáticas afetam diretamente a saúde humana, como o aumento das temperaturas e as mudanças nos padrões de precipitação estão expandindo as áreas geográficas de muitas doenças infecciosas; a escassez de alimentos e o aumento dos preços impactam diretamente a segurança alimentar e nutricional, especialmente em regiões vulneráveis; a poluição do ar, com o aumento de partículas finas, está associada a várias doenças respiratórias e cardiovasculares; e o aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, inundações e furacões, têm impactos devastadores na saúde pública, resultando em mortes, ferimentos e graves danos à infraestrutura de saúde. (ROMANELLO, 2021; 2022; DAALEN, 2024).

Para Floss e Barros (2019), as consequências dessas transformações nas condições de vida das populações trazem novos desafios para os quais os serviços de saúde não estão preparados para dar uma resposta adequada, no entanto são considerados essenciais para adaptação aos problemas ambientais quanto à mitigação dos impactos dos desastres naturais na saúde da população.

Determinada por múltiplos fatores – ambiental, social, político, econômico e cultural – a saúde necessita de abordagens integradas para promover qualidade de vida, portanto esta pauta deveria estar em todas as políticas públicas. A complexidade que os problemas ambientais agregam ao setor saúde transcende as suas formas atuais de organização, formação e atenção, e promover práticas sustentáveis se insere paulatinamente na agenda dos sistemas de saúde (WHO; 1986, 2017, 2021; BRASIL, 2010).

Componente essencial do Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de contato dos indivíduos, famílias e comunidades e desempenha um papel importante na coordenação do cuidado, em redes e linhas assistenciais de diferentes complexidades (STARFIELD, 2002; GIOVANELLA L, ET

AL, 2009). Organizada no modelo da Estratégia Saúde da Família (ESF), com equipes multiprofissionais que atuam em territórios adstritos para reduzir desigualdades e vulnerabilidades decorrentes da determinação social, a APS representa um campo mobilizador de mudanças e de possibilidades para integrar novas práticas que atendam às necessidades colocadas pelos contextos sociais e ambientais (BRASIL, 2017; FLOSS, BARROS, 2019).

Para efetivar práticas sustentáveis na APS, implantar hortas e hortos junto a ESF nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) representa uma estratégia inovadora, uma mudança de paradigma, que convida a sair do consultório (das paredes institucionais) para cuidar e contato com a natureza. Buscar conhecimentos de outras áreas afins assim como estabelecer parcerias institucionais e comunitárias para o cuidado com esses espaços de cultivo também se apresentam como desafios que influenciam diretamente a promoção dessas práticas sustentáveis.

A Permacultura desenvolvida por Bill Mollison e David Holmgren nos anos 1970, e ancorada nos princípios de cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e com o futuro e partilha justa propõe um sistema de design ambiental e social centrado em ecologia e sustentabilidade. Enfatizam a construção de territórios autossuficientes que sejam resilientes e em harmonia com a natureza (MOLLISON, 1988; HOLMGREN, 2002).

Com uma história construída nas narrativas da determinação social da saúde e nos conceitos de cidades saudáveis, os pressupostos da Promoção da Saúde se assemelha ao discurso da Permacultura. Descreve cinco estratégias primordiais para promover saúde: construção e implementação de políticas públicas saudáveis; desenvolvimento de habilidades pessoais; criação de ambientes favoráveis à saúde; fortalecimento da ação comunitária; e reorientação dos serviços de saúde (WHO; 1986; 2017).

Nesta mesma vertente encontra-se a Saúde Planetária, campo emergente da saúde coletiva, que aborda os complexos e intrínsecos vínculos entre a saúde humana e a saúde dos sistemas naturais da Terra. Reconhece que as mudanças climáticas representam uma das maiores ameaças à saúde humana e planetária e enfatiza a importância de promover práticas para restaurar e conservar a biodiversidade e mitigar os impactos da degradação ambiental na saúde das populações (ROMANELLO, 2021).

Neste contexto, buscamos refletir sobre os princípios e práticas da Permacultura na qualificação do cuidado com as pessoas e com a terra no campo da APS. Ao oferecer

uma perspectiva ampliada e holística para enfrentar as complexas crises contemporâneas que se apresentam cada vez mais devastadoras a Permacultura pode contribuir para que a ESF promova vida urbana sustentável e fortalecer a resiliência e autonomia dos territórios.

Este ensaio tem o objetivo de refletir sobre as aproximações entre Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária a partir da experiência com hortas comunitárias em UBS no município de Florianópolis. Busca contribuir para a integração destas áreas de conhecimento e olhar os princípios e técnicas da Permacultura como estratégias para o cuidado social e ambiental em saúde e assim fomentar a integração de práticas sustentáveis no SUS.

Por meio de uma reflexão sobre prática os elementos que convergem, entre os temas de natureza comunitária, social, ambiental e de sustentabilidade no cuidado em saúde as particularidades da Permacultura se distribuem em proposições ao longo do texto, permitindo olhar para as possibilidades de beneficiar o trabalho em saúde coletiva a partir dessas trocas de saberes e práticas.

2 OBJETIVOS

2.2 Objetivo Geral

Refletir sobre as aproximações da Permacultura, a Promoção de Saúde e Saúde Planetária no cultivo de hortas agroecológicas em Unidade Básica de Saúde no município de Florianópolis.

2.2 Objetivos Específicos

Apreciar as contribuições da Permacultura para a integração de práticas sustentáveis no Sistema Único de Saúde (SUS).

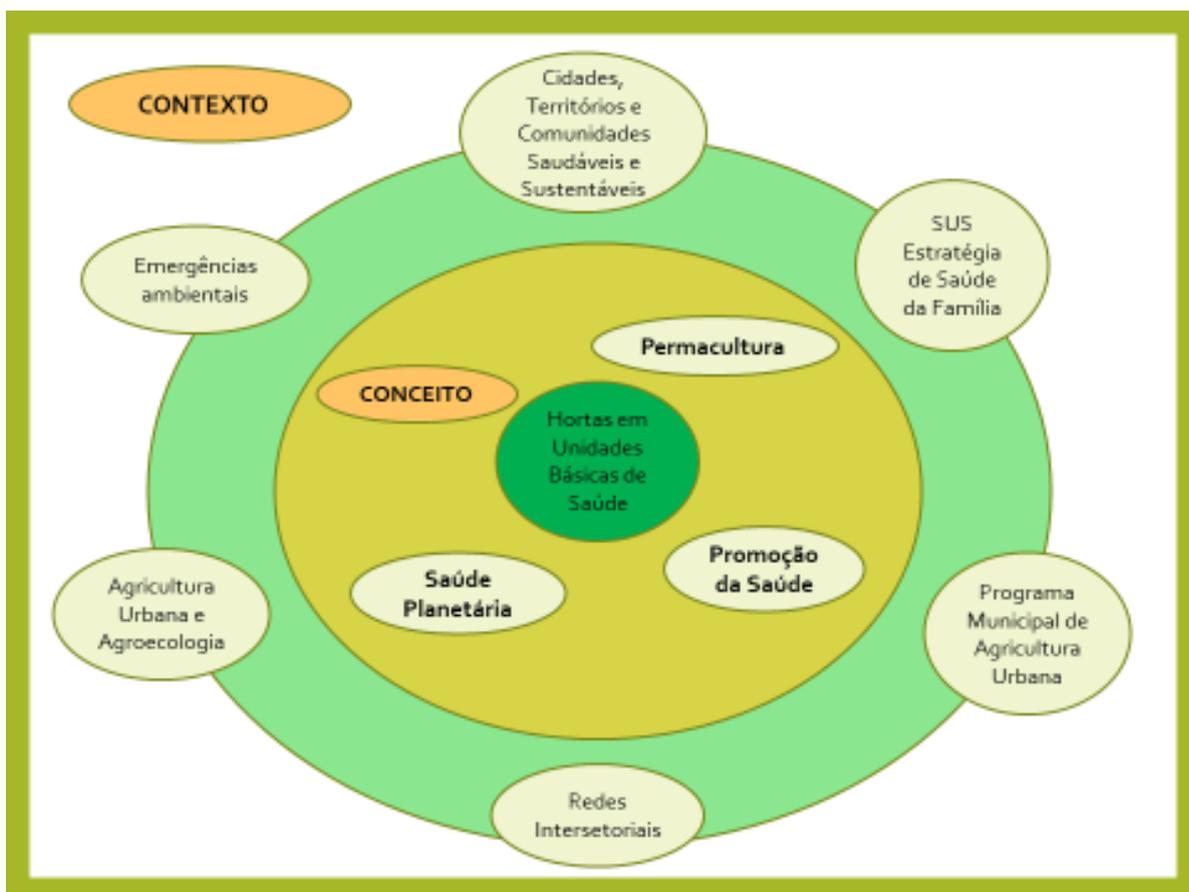
Contextualizar a experiência com agricultura urbana e cultivo de hortas agroecológicas em Unidades Básicas de Saúde enquanto estratégia para a Promoção da Saúde..

Considerar sobre as contribuições da Permacultura à Estratégia de Saúde da Família para promoção de vida urbana sustentável e de saúde Planetária.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A representação gráfica abaixo agrupa os contextos e conceitos que direcionam esta reflexão a partir da experiência com agricultura urbana agroecológica em UBS enquanto estratégia de Promoção da Saúde.

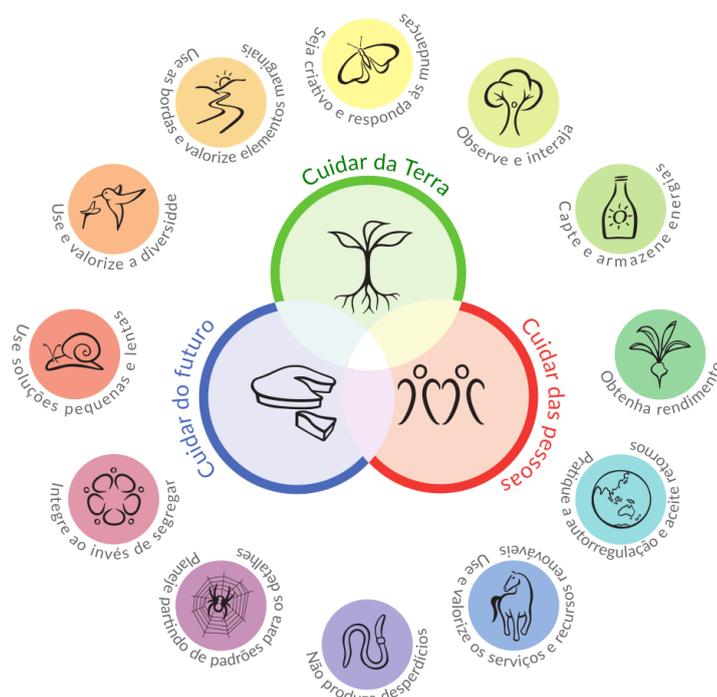
Figura 1 - Representação gráfica do contexto de estudo



Fonte: elaborado pela autora.

A Permacultura é uma abordagem ecológica que integra harmoniosamente as necessidades humanas com a saúde dos ecossistemas. Com conhecimentos sobre práticas restauradoras, propõe um design de planejamento, para criar ambientes sustentáveis e resilientes para a permanência no território comunitário a partir da criação de sistemas interligados, integrados, e inspirados nos padrões naturais. Fundamentada em três éticas principais que referem ao cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e com o futuro, sendo essa terceira ética também é referida como partilha justa e compartilhar excedentes (MOLLISON, 1988; HOLMGREN, 2009; 2013).

Figura 02: Éticas e princípios do planejamento em Permacultura

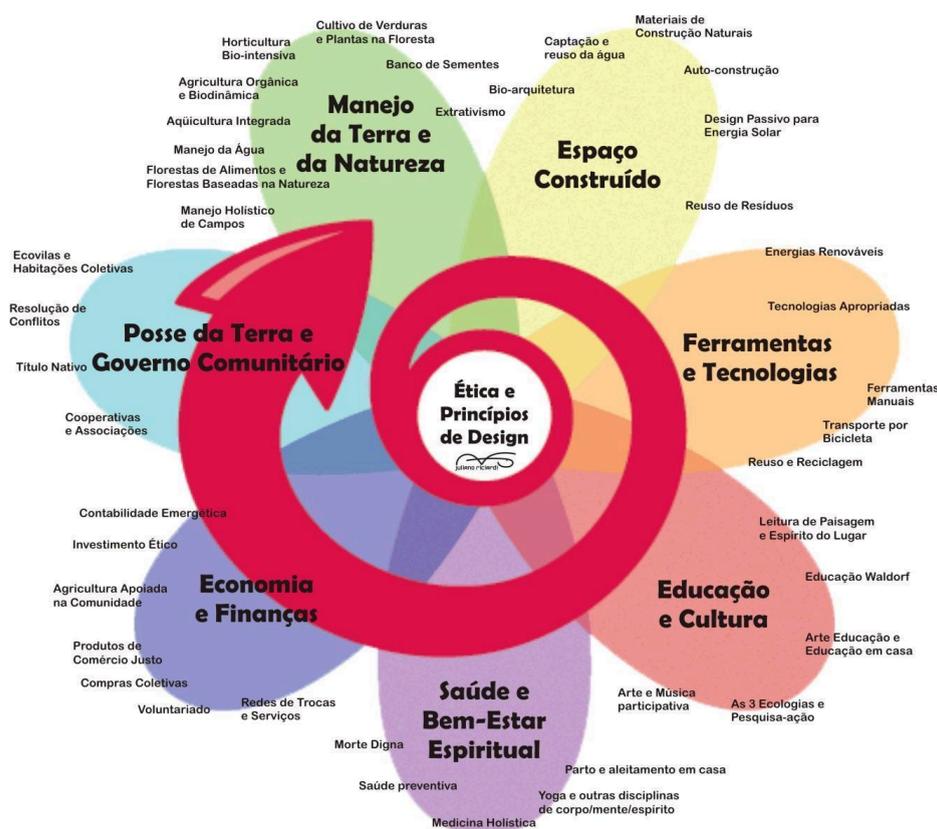


Integra conhecimentos de outras áreas científicas, além da agricultura sendo considerada atualmente uma “*ciência socioambiental de planejamento de assentamentos humanos autossustentáveis, que evoluem naturalmente em relacionamentos dinâmicos e renováveis com o ambiente ao seu redor, que congrega o saber científico com o tradicional popular*” (NEPERMA, 2024).

Os aspectos sociais, éticos, culturais, econômicos e políticos, que moldam nossas interações e a maneira como organizamos nossas comunidades são referidos na Permacultura como as *estruturas invisíveis*. Entre essas estruturas estão as tradições, os sistemas de governança, as redes de suporte social, a participação comunitária, a educação e modos de vida, a economia solidária, o comércio justo, e os sistemas de trocas, além da governança local e a defesa das causas (HOLMGREN, 2020).

A Flor da Permacultura é uma ilustração criada por David Holmgren para representar as interconexões relacionadas a esses aspectos da vida humana. Cada pétala da flor representa uma dimensão específica, e juntas formam um modelo integrado, necessário para construir uma vida sustentável e garantir que o desempenho do sistema seja mantido. Na figura foram distribuídos os diversos temas que se relacionam com cada domínio.

Figura 03: A Flor da Permacultura



Desenho reconstituído e traduzido por juriciardi/2008 do site:www.permacultureprinciples.com

Podemos observar um paralelo histórico e conceitual entre Permacultura e Promoção da Saúde a partir do período que emergem, os nos 70, um período de crescente conscientização e preocupação com a degradação ambiental e de saúde pública o que levou a um aumento do interesse por práticas sustentáveis e ecológicas. Paralelamente, no campo da saúde pública, houve uma mudança significativa no entendimento dos determinantes da saúde e no desenvolvimento de estratégias para promovê-la. O Relatório Lalonde, publicado em 1974, foi um marco na história da saúde pública. Intitulado "A New Perspective on the Health of Canadians", o relatório fortalece o conceito de que a saúde é determinada por um conjunto de fatores além dos cuidados médicos, incluindo biologia humana, meio ambiente, estilo de vida e organização dos cuidados de saúde (LALONDE, 1981).

A Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em 1986 produziu a Carta de Ottawa que expandiu os conceitos introduzidos no Relatório Lalonde, enfatizando a promoção da saúde como um processo que capacita as pessoas a aumentarem o controle sobre sua própria saúde e melhorá-la.

A Carta identificou cinco áreas de ação prioritárias: construção de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes de suporte, fortalecimento da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde. Na sequência a iniciativa das Cidades Saudáveis foi proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na década de 1980, destacando a importância de políticas que integrem saúde pública, planejamento urbano e desenvolvimento sustentável e continuamente criar e melhorar seus ambientes físicos e sociais, expandindo os recursos comunitários para suportar a vida em todas as suas complexidades (WHO, 1986).

A Declaração de Sundsvall, adotada durante a Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde de 1991, destaca a importância de criar ambientes saudáveis para o bem-estar que possibilitem promover a saúde através da melhoria dos ambientes físicos, sociais e econômicos, garantindo que políticas e práticas sejam sustentáveis e equitativas. Reconhece a interconexão entre saúde e meio ambiente e a importância de promover a criação de ambientes favoráveis à saúde, ao nível comunitário (WHO, 1991).

A promoção da saúde requer ambientes que suportem estilos de vida saudáveis. Assim, a sustentabilidade é um tema central desta declaração. Ela sublinha que a utilização responsável e sustentável dos recursos naturais é vista como essencial para garantir a saúde das futuras gerações. Os perigos da degradação ambiental, incluindo a poluição do ar, da água e do solo, bem como as mudanças climáticas representam ameaças significativas à saúde pública, exigindo uma ação coordenada e eficaz para mitigar seus impactos e reforça o papel crucial da ação local e do empoderamento comunitário e da ação global com cooperação internacional, uma vez que muitos problemas ambientais transcendem fronteiras. a declaração fornece uma base sólida para políticas e práticas que visam melhorar o bem-estar humano de maneira sustentável e equitativa (WHO, 1991).

As recomendações das Conferências Internacionais de Promoção da Saúde agregam cada vez mais as questões ambientais, o que se evidencia na 9ª conferência em Shanghai realizada em 2016, onde representantes de governos assinaram o tratado para cidades saudáveis e demanda articulação de três pilares para a Promoção da Saúde - cidades saudáveis, boa governança e conhecimento sobre saúde - e reitera que promover saúde é promover o desenvolvimento sustentável. A 10ª Conferência, realizada em Genebra no ano 2021, reforça a chamada urgente para promover o Bem Viver. Destacam a importância da intersectorialidade e interdisciplinaridade para reduzir

desigualdades, preservar o ambiente natural, ampliar os processos baseados em cooperação e solidariedade, assim como cuidar do futuro para a saúde das próximas gerações (WHO, 2016;2021).

No Brasil, a Política Nacional de Promoção da Saúde foi instituída em 2006 com aperfeiçoamentos em 2014 e segue as orientações provenientes das discussões internacionais e nacionais sobre o tema (BRASIL, 2014)

Para Merhy, 2023 a Promoção da Saúde traz um discurso ético-político de defesa de igualdade e equidade, com proposições teóricas e práticas, e representa um importante reforço na defesa da saúde e do SUS. Dentre as proposições da Promoção da Saúde há um chamado para ações concretas que incidam sobre a realidade e as estratégias fundamentais, que incluem a defesa da saúde, capacitação do pessoal da saúde, articulação de saberes técnicos e populares, mediação, intersetorialidade e mobilização de recursos institucionais e comunitários.

A sustentabilidade urbana e a promoção de cidades, comunidades e territórios saudáveis e sustentáveis são temas centrais no desenvolvimento contemporâneo. As cidades, como epicentros de atividade humana, enfrentam desafios complexos que incluem crescimento populacional, mudanças climáticas, desigualdades sociais e a necessidade de infraestruturas resilientes. Neste contexto, surgem discussões sobre como transformar esses espaços em ambientes que promovam saúde, bem-estar e sustentabilidade. A sustentabilidade urbana visa criar cidades que sejam economicamente viáveis, ambientalmente responsáveis e socialmente inclusivas (BRASIL, 2000; AKERMAN, 2024).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, aprovou diretrizes para promover o desenvolvimento mundial atrelado à proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica (BRASIL 2021).

Eventos climáticos extremos, como tempestades, inundações, secas e ondas de calor, estão se tornando mais frequentes e intensos devido às ameaças antropogênicas e considerados os principais determinantes de saúde do século XXI (FLOSS, BARROS, 2019).

Há um apelo à ação urgente e coordenada de uma série de medidas a ser tomadas para combater os efeitos das mudanças climáticas e proteger a saúde global como a Transição para Energias Renováveis para a redução das emissões de gases de efeito estufa e reduzir a poluição do ar; fortalecimento dos Sistemas de Saúde para responder eficazmente aos impactos das mudanças climáticas. Isso inclui a melhoria da

infraestrutura, capacitação de profissionais de saúde e desenvolvimento de planos de contingência; promoção de Dietas Sustentáveis baseadas em plantas o que pode reduzir as emissões de gases de efeito estufa e melhorar a saúde nutricional da população; e implementação de políticas de adaptação que considerem as vulnerabilidades específicas das populações em risco, desde infraestrutura resistente a desastres até programas de educação e conscientização (ROMANELLO, 2021; 2022; DAALEN, 2024).

A sustentabilidade urbana e a promoção de comunidades saudáveis são temas centrais no desenvolvimento contemporâneo. As cidades, como epicentros de atividade humana, enfrentam desafios complexos que incluem crescimento populacional, mudanças climáticas, desigualdades sociais e a necessidade de infraestruturas resilientes. Neste contexto, surgem discussões sobre como transformar esses espaços em ambientes que promovam saúde, bem-estar e sustentabilidade.

Apesar das interfaces, esses campos de conhecimento pouco se aproximam nas suas práticas e reflexões e a Permacultura, enquanto ciência sócio ambiental e intersetorial não consta no Descritores da Saúde Coletiva (DeSC) como um descritor de saúde. Entretanto, a Permacultura pode contribuir para o fortalecimento das ações de Promoção da Saúde e da Saúde Planetária.

Para Machado et al (2023), integrar sustentabilidade no campo da saúde é fundamental para alcançar bons resultados em ambos os campos e com atuação a partir dos territórios e com o envolvimento das pessoas e suas culturas. Nesta compreensão de “ação territorializada”, que inclui as identidades das comunidades, pode-se construir soluções adaptadas às realidades locais.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo reflexivo, com base na experiência de cultivo de hortas agroecológicas em Unidades Básicas de Saúde no município de Florianópolis. Para busca de referência utilizou-se a revisão narrativa, abrangendo estudos publicados e documentação institucional, pesquisas e mídias sobre a experiência, a fim de discuti-la sob um ponto de vista teórico e contextual. Para Minayo, (2010) analisar a experiência oferece insights valiosos sobre os desafios e sucessos enfrentados durante a implementação e manutenção das práticas, permite dar voz às experiências individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos e facilita a replicação e aprimoramento das iniciativas.

Construído pela participante da vivência durante a Especialização em Permacultura, esta reflexão contextualiza práticas orientadas para atuação em redes intersetoriais e comunitárias e à criação de ambientes favoráveis às escolhas saudáveis.

5 PERCURSO DE APROXIMAÇÃO

5.1 Implantar, cuidar e desfrutar de uma horta agroecológica

Com a intenção de contribuir para o fortalecimento das ações intersetoriais de Promoção de Saúde em Florianópolis, assim como da qualificação da atenção à saúde no cuidado pessoal, comunitário e ambiental, foram implantadas hortas urbanas agroecológicas no município por meio da articulação de uma rede de cooperação intra e intersetorial com participação social, envolvendo diversas instituições, profissionais e comunidades (BRASIL, 2017; FIOCRUZ, 2018, UFSC, 2017).

Em 2016 foi publicado o primeiro decreto municipal criando um grupo intersetorial, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), para elaborar uma proposta de um programa municipal de Agricultura Urbana. Em 2017 foi publicado pela casa civil o decreto instituindo o programa que integra políticas de diversas áreas da administração pública e que inova, ao estabelecer uma gestão compartilhada entre saúde, educação, meio ambiente e agricultura. Objetivou contemplar a melhoria das condições nutricionais e de saúde, de lazer, de saneamento, valorização da cultura, interação comunitária, educação ambiental, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, turismo de base comunitária, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade (Florianópolis, 2016;2017;2020).

Com o programa foram implantadas hortas em espaços institucionais, tais como UBS, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Unidades Educativas e também em espaços comunitários. Especificamente nas UBS, houve um crescimento exponencial de cultivo de hortas a partir de 2016 e estas influenciaram a implantação de outras hortas nas comunidades (BRASIL, 2017). Em 2024 cerca de 90% possuem e cultivam hortas em suas áreas físicas, demonstrando o sucesso e a integração do programa nas atividades das equipes de saúde com a comunidade local.

As atividades nas hortas incluem vivências pedagógicas, educativas e terapêuticas, compartilhamento de saberes, interação entre profissionais e usuários,

improvisação, criatividade, autonomia e solidariedades, que são experiências frequentes nesses espaços de cuidado. A participação comunitária é um dos pilares do sucesso do programa, pois muitos profissionais de saúde e pessoas da comunidade são capacitadas para o cultivo de hortas, manejo de compostagem e propagação de espécies, sobretudo de plantas medicinais e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) e convencionais, o que aumenta o envolvimento e sucesso das ações e as parcerias inter e intra setoriais que são fundamentais para manter as iniciativas (FIOCRUZ, 2018).

A matéria orgânica utilizada nas hortas é oriunda da compostagem termofílica de resíduos orgânicos realizada pelo município. A compostagem termofílica é uma forma de promover saúde pela adequada destinação de resíduos orgânicos. As mudas utilizadas nas hortas são frequentemente provenientes de doações ou produzidas em parcerias comunitárias e institucionais. Várias conquistas aconteceram ao longo do tempo, sobretudo o ganho em conhecimento sobre agricultura urbana, permacultura e agroecologia, que não estavam nas pautas locais de saúde e a formação profissional interdisciplinar. Apesar do potencial de promover saúde, a Agricultura Urbana ainda está pouco inserida nas pautas políticas e técnicas do município (ICLEI, 2022).

A implementação de hortas comunitárias nas UBS requer um esforço conjunto de diversos atores sociais. Esse processo envolve não apenas a introdução de técnicas agrícolas sustentáveis, mas também a criação de espaços para o aprendizado e o compartilhamento de conhecimentos. A participação ativa da comunidade e das equipes de saúde é essencial para o sucesso dessas iniciativas, sendo mais eficaz quando há uma colaboração estreita entre a comunidade, os profissionais de saúde e os gestores públicos.

A agricultura urbana é uma prática multifacetada que pode contribuir significativamente para a sustentabilidade mas para alcançar seu potencial máximo, a deve ser apoiada por políticas públicas robustas e pela participação ativa da comunidade. Disponibilidade limitada de espaço, a contaminação do solo urbano, a falta de políticas públicas de apoio e as barreiras legais e burocráticas são obstáculos que podem dificultar sua implementação nas cidades (ALMEIDA, 2015)

O Programa de Agricultura Urbana igualmente tem se mostrado uma iniciativa benéfica para a cidade de Florianópolis. Um dos principais benefícios é a maior independência para a gestão de resíduos com a compostagem dos resíduos orgânicos e utilizá-lo como adubo para hortas urbanas, o que reduz significativamente a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários e o que também reduz as emissões de Gases

de Efeito Estufa (GEE) e o uso de energia. O Programa contribui para a criação de superfícies mais permeáveis em áreas urbanas, o que ajuda a reduzir os eventos de inundação ao melhorar a infiltração de água e proporcionar habitats para a flora e fauna urbanas (ICLEI, 2022):

Entre as atividades que ocorrem nas hortas nas UBS destacamos o encontro entre urbano e rural, resgatando culturas e memórias afetivas dos que migraram para a cidade; a promoção da segurança alimentar e nutricional com cultivo e oficinas culinárias com plantas alimentícias convencionais e não convencionais; o uso de áreas públicas para o cultivo de hortas, com melhora do cuidado e uso do espaço comunitário e institucional; a natureza sendo valorizada conservada e restaurada; uso racional da água, com captação da água da chuva em algumas UBS; educação e ação para divulgar e fazer compostagem e reciclagem dos resíduos urbanos; formação sobre técnicas de compostagem e reciclagem; participação e interação comunitária; espaço de educação ambiental, entre outras.

No entanto, o programa enfrenta dificuldades, como a necessidade de ferramentas agrícolas, a necessidade de reposição e propagação de plantas, a falta de apoio técnico e operacional específico para o cuidado com as hortas, limitações para o transporte de composto e outros insumos e a posse e uso da terra, entre outros. Além disso, a organização dos grupos comunitários de trabalho e a ergonomia dos canteiros também são desafios constantes.

Para aumentar as oportunidades e a motivação das pessoas que desejam se envolver em atividades nas hortas, primeiro deve haver espaços adequados onde possam desfrutar desta prática com os recursos essenciais. É fundamental que haja uma defesa da causa e divulgação ampla da necessidade da criação de espaços acessíveis para todos, incluindo crianças, idosos e pessoas com deficiência. Mesmo com as dificuldades, as atividades nas hortas se apresentam promissoras e prosperam pela cidade de Florianópolis, colocando em pauta em vários domínios o tema da Agricultura Urbana Agroecológica.

5.2 Permacultura como prática no cuidado em saúde

Ao refletir sobre essa experiência profissional de 10 anos, entre as diversas perspectivas que confluíram durante meu trabalho com agricultura urbana agroecológica no SUS, enquanto campo de Promoção da Saúde, busco integrar alguns

aspectos primordiais. Refiro-me ao trabalho em Redes Intersetoriais para a Promoção da Saúde; à agricultura urbana como prática transformadora para o cuidado em saúde na APS; às solicitações advindas do campo da Saúde Planetária; e à Permacultura enquanto campo de aprendizado e possibilidades de inovações nos campos da Promoção da Saúde e da Saúde Planetária no âmbito da APS.

O relato perpassa, não de forma linear, o trabalho em Redes Intersetoriais para a Promoção da Saúde, seguido a construção do Programa Municipal de Agricultura Urbana e de hortas agroecológicas em Unidades Básicas de Saúde, as convocações do campo da Saúde Planetária e o encontro sustentador com a Permacultura por intermédio do curso de especialização em Permacultura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A Permacultura, com seu foco em sustentabilidade e regeneração ecológica, oferece soluções práticas para enfrentar desafios globais, como a mudança climática e a degradação ambiental. A incorporação de suas práticas na APS pode reduzir a pegada ecológica das UBS e promover a resiliência das comunidades frente às mudanças ambientais (LEHMANN, 2020).

Unidades de saúde que venham a incorporar princípios de permacultura em seu design e operação estarão mais preparadas para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, garantindo continuidade na prestação de serviços essenciais, mesmo em situações de crise. Como exemplo, a adoção de uma arquitetura sustentável, que utiliza princípios de design bioclimático e tecnologias de construção verde para reduzir a pegada ecológica das construções urbanas (BUSS, 2020). Práticas de permacultura em unidades de saúde podem reduzir custos operacionais, diminuindo gastos energia através do uso de sistemas de captação de água da chuva e uso de energias renováveis.

Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (HAMB) foram implantados em UBS no Distrito Federal (DF) como estratégia de cultivo de plantas medicinais e de Promoção da Saúde no SUS, trazendo uma inovação para o cuidado na APS e fomento à saúde e à sustentabilidade (TRAJANO et al, 2023) Trajano, 2023 refere-se aos hortos biodinâmicos do DF como um equipamento inovador para o cuidado em saúde e argumenta:

“Essa inovação coloca em diálogo o princípio da participação da comunidade e do cuidado integral no SUS com a proteção do meio ambiente, em um cenário em que os recursos são cada vez mais escassos e que requer medidas e ações mais sustentáveis ao longo do

tempo, capazes de gerar recuperação da esperança, da fraternidade e da vida no território e nas pessoas. É urgente promover relações verdadeiramente curativas com capacidade de promover vínculos de apoio para superação conjunta de desafios coletivos (Trajano, 2023, p.707).

O cultivo e utilização de plantas medicinais cultivadas localmente pode complementar tratamentos convencionais e oferecer alternativas naturais para tratamento de diversas doenças e manutenção da saúde, complementando a medicina convencional e proporcionando outras alternativas de cuidado acessíveis à população (FLORIANÓPOLIS, 2020).

Com uma população de território definido e o compromisso de proporcionar cuidado integral à saúde das famílias por meio do trabalho interdisciplinar em equipe multiprofissional, a ESF é um campo mobilizador de mudanças e de possibilidades para integrar os conceitos de saúde como determinação social, com práticas que atendam às necessidades objetivas e subjetivas das pessoas em seu contexto social (BRASIL, 2017).

Um marco recente no Brasil o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, objetiva promover a agricultura sustentável nas áreas urbanas e seu entorno; o acesso à alimentação saudável e a garantia da segurança alimentar e nutricional; a preservação do ambiente natural; a transição agroecológica; a inclusão socioeconômica das famílias de agricultores urbanos com prioridades para a atuação das mulheres e jovens (BRASIL, 2023).

Recurso para resolução de problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam a qualidade de vida nas cidades, a agricultura urbana tem contribuído de forma expressiva para a melhoria das condições nutricionais e de saúde, de lazer, saneamento, valorização da cultura, educação ambiental e desenvolvimento sustentável (SANTANDREU, 2007).

5.3 Tempo de Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária

Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária se apresentam como campos interdisciplinares de pesquisa e práticas, caracterizados pela busca de abordagens integradas para enfrentar os desafios de saúde e sustentabilidade e contribuir para restaurar a qualidade de vida no planeta. Essas áreas convergem em diversos aspectos como a busca por harmonizar as necessidades humanas com a saúde

dos ecossistemas, a criação de ambientes e condições que permitam às populações aumentar seu controle sobre a própria saúde e melhorá-la (WHO, 1986)

Corroborar as proposições da Saúde Planetária que compartilha da preocupação com o bem-estar e também reconhece a influência de fatores sociais, econômicos e a grave crise ambiental na determinação da saúde das populações (WHITMEE, 2015)

A Saúde Planetária reconhece que as atividades humanas estão degradando os sistemas naturais que suportam a vida e que é necessário um esforço coordenado para mitigar esses impactos (FRUMKIN, 2020). Este processo pode beneficiar da integração de práticas permaculturais e de Promoção da Saúde, criando uma abordagem sinérgica que cuida simultaneamente a saúde humana e a sustentabilidade ambiental. Se integradas, podem potencializar intervenções que influenciam os determinantes de saúde individual, mas também colaboram para a sustentabilidade ambiental. As interconexões oferecem uma base sólida para abordar os desafios complexos que enfrentamos atualmente. Uma abordagem integrativa, que reconheça a interdependência entre fatores ambientais, sociais, econômicos e de saúde, é essencial para promover o bem-estar das pessoas e do planeta.

No quadro abaixo buscamos elencar algumas semelhanças entre esses campos de conhecimento:

Aproximações entre Permacultura, Promoção da saúde e da Saúde Planetária		
Permacultura	Promoção da Saúde	Saúde Planetária
<ul style="list-style-type: none"> · Bem-estar humano e ambiental · Equidade · Ambiente saudável · Engajamento comunitário · Conservação da Biodiversidade: diversidade de plantas e de animais. · Preservação dos serviços ecossistêmicos essenciais para a saúde do planeta. · Regeneração ecológica · Manejo sustentável da água e do solo · Uso sustentável dos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> · Saúde como um bem coletivo · Melhoria da saúde e bem-estar · Políticas Públicas saudáveis · Reforço da ação comunitária · Desenvolvimento de habilidades pessoais · Ecossistemas estáveis · Reorientação de formação profissional em saúde · Determinação Social da Saúde · Cidades, territórios, 	<ul style="list-style-type: none"> · Interdependência entre saúde humana e ambiental. · Sustentabilidade planetária. · Comunidades resilientes capazes de se adaptar e responder efetivamente a desafios como mudanças climáticas, desastres naturais e escassez de recursos; · Fortalecimento da Conexão Humano-Natureza - bem-estar e cuidado com o meio ambiente e a sustentabilidade global. · Cultivar alimentos de forma sustentável e regenerativa, para promover a saúde humana e a saúde do planeta.

<ul style="list-style-type: none"> · Cultivo de uma ampla variedade de plantas comestíveis e nativas. · Criação de habitats para fauna local. · Intersetorialidade e interdisciplinaridade 	<ul style="list-style-type: none"> · comunidades saudáveis e sustentáveis. · Intersetorialidade e interdisciplinaridade 	<ul style="list-style-type: none"> · Intersetorialidade e interdisciplinaridade
---	---	--

Buscamos destacar as aproximações nos campos de ação para a Promoção da Saúde conforme descrito na Carta de Ottawa que direciona suas estratégias. Procuramos agregar ações, políticas e orientações que qualifiquem o cuidado com a Terra e com as pessoas e o compromisso das áreas de conhecimento referenciada para a elaboração deste texto.

5.4 Elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis

A implementação de políticas públicas saudáveis busca por intersetorialidade para abordar os determinantes sociais, políticos e ambientais e assim reduzir desigualdades e promover o bem-estar. A saúde é influenciada por políticas de diversas áreas o que coloca a importância de uma governança para a saúde que envolva todos os setores da sociedade com, compartilhamentos de gestão, visão, objetivos, programas e ações de saúde pública. Ao promover a saúde de forma integrada, podemos contribuir para a construção de sociedade justa e resiliente (WHO, 1986, 2017, 2021).

Podemos citar como exemplo de política pública saudável a implementação de programas que assegurem a segurança alimentar e nutricional e o direito e acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer outras necessidades essenciais. No contexto brasileiro, tem sido implementado diversas políticas e programas como por exemplo a ESF que tem mobilizado recursos comunitários para melhorar a saúde coletiva (BRASIL, 2006, 2017, 2023).

Para Giovanella, (2009) com uma população de território definido e o compromisso de proporcionar cuidado integral à saúde das famílias por meio do trabalho interdisciplinar em equipe multiprofissional, a ESF envolve os conceitos da determinação social (e ambiental) em sua dinâmica constante por inserir práticas de

cuidado que atendam às necessidades objetivas e subjetivas das pessoas em seus contextos de vida.

A permacultura enfatiza a produção de alimentos de forma sustentável, utilizando práticas agrícolas regenerativas da fertilidade do solo, da diversidade de espécies, da resiliência ambiental e das comunidades, o que, em face das mudanças climáticas, pode garantir a disponibilidade e a qualidade dos alimentos. A adoção de práticas que promovam a sustentabilidade nas instituições de saúde também contribui para a efetivação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) que trazem diretrizes para a inserção do uso das plantas medicinais e fitoterápicos no SUS (BRASIL, 2006;2006).

A implementação de hortas comunitárias surge como uma estratégia eficaz para promover direitos, proporcionando acesso a alimentos frescos e nutritivos e incentivando práticas alimentares saudáveis e a utilização de plantas medicinais para o tratamento de doenças.

5.5 Criar ambientes favoráveis à saúde

A Promoção da Saúde envolve a criação de ambientes que induzam comportamentos saudáveis para o bem viver. A criação de ambientes saudáveis inclui sobretudo um planejamento urbano que permita a prática de atividade física, calçadas seguras, parques, ciclovias e espaços verdes que favoreçam escolhas melhores para buscar condições de vida mais saudáveis.

O cultivo de hortas comunitárias agroecológicas e outras práticas sustentáveis, como a compostagem e manutenção de áreas verdes, são essenciais para assegurar benefícios ambientais, como a preservação do solo, da água e da biodiversidade e criar habitats para a fauna e flora locais. Holmgren, (2013) destaca a importância dessas práticas para restaurar e conservar os ecossistemas e aumentar a resiliência frente às mudanças climáticas, assim como ajudar a reduzir a poluição do ar e mitigar os efeitos na saúde humana. O plantio de árvores e vegetação em áreas urbanas contribui para a purificação do ar e a diminuição das ilhas de calor e ajudam a sequestrar carbono no solo, criando microclimas mais resistentes às mudanças e promove um ambiente urbano mais saudável e sustentável (LATOURE, 2017).

Essas ações colaboram para preservar a biodiversidade e promover a gestão sustentável dos recursos naturais. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável inclui metas específicas para proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e aquáticos. As mudanças climáticas exacerbam os riscos para a saúde, incluindo a desnutrição, doenças transmitidas pela água e pelo ar, e desastres naturais. O desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono e regenerativas, como agroflorestas e agricultura orgânica, é essencial para enfrentar esses desafios. Essas tecnologias contribuem para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e para a adaptação dos sistemas agrícolas às novas condições climáticas (WHO; 2023 ONU, 2015). A transição para tecnologias de baixo carbono, a adoção de energias renováveis são cruciais para um futuro sustentável, a implementação de agroflorestas e a promoção da agricultura urbana são passos importantes nessa direção. Essas práticas não só ajudam a sequestrar carbono, mas também melhoram a resiliência dos sistemas agrícolas e do espaço urbano.

5.6 Importância da ação comunitária

Um dos pilares dessa abordagem é o envolvimento ativo das comunidades na identificação de problemas e na implementação de soluções. O processo participativo garante que as intervenções sejam culturalmente apropriadas e efetivamente atendam às necessidades locais (WHO, 1986). Este domínio envolve capacitar as comunidades para mobilizar seus recursos e agir sobre os determinantes sociais que influenciam suas condições de saúde, fortalecer redes sociais de apoio e influenciar na criação de políticas públicas que promovam a equidade e a justiça social.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, destaca a importância do reforço da ação comunitária para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Metas como a erradicação da pobreza, a promoção da saúde e do bem-estar, e a redução das desigualdades só podem ser alcançadas com a participação ativa das comunidades. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e comunidades locais é essencial para criar um ambiente favorável à saúde e ao desenvolvimento sustentável. Comunidades engajadas têm maior capacidade de enfrentar desafios de saúde pública, como epidemias e desastres naturais (ONU, 2015). O direito à cidade e a participação

ativa dos cidadãos na construção de espaços urbanos são fundamentais para criar ambientes mais justos e democráticos.

As hortas comunitárias são espaços de micropolíticas e de decisões compartilhadas, onde práticas de governança participativa e colaborativa aumentam a transparência e a responsabilidade, promovendo o empoderamento comunitário e a coesão social. As hortas comunitárias funcionam como centros de aprendizado, onde os participantes podem desenvolver habilidades agrícolas e adquirir conhecimentos sobre sustentabilidade.

5.7 Desenvolvimento de habilidades pessoais

Tornar acessível conhecimentos para que indivíduos possam fazer escolhas informadas e saudáveis e assim contribuir para o bem-estar pessoal e coletivo define este campo, que envolve também competências para a crítica construtiva, tomada de decisões, comunicação eficaz, manejo do estresse e das emoções, autonomia e a capacidade de enfrentar desafios, proporcionando às pessoas as ferramentas necessárias para melhorar sua qualidade de vida e contribuir positivamente para suas comunidades. Garantir a educação inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todas e todos é um compromisso global essencial para o desenvolvimento sustentável e a promoção da saúde (ONU, 2015; LATOUR, 2017).

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) enfatiza a importância do desenvolvimento de habilidades pessoais como um dos pilares para a Promoção da Saúde. Iniciativas comunitárias, como grupos de apoio e oficinas de capacitação, oferecem oportunidades para que os indivíduos aprendam e pratiquem em um ambiente de apoio e colaboração (BRASIL, 2010).

As hortas comunitárias são espaços de aprendizado, onde este domínio pode ser promovido e levar a uma maior compreensão do impacto das ações humanas no meio ambiente. A participação em hortas comunitárias não só ensina práticas agrícolas sustentáveis, mas também promove a conscientização ambiental e a responsabilidade humana sobre as alterações climáticas (ALTIERI, 2017).

A Permacultura preconiza a capacitação das pessoas para cuidar de si mesmos e de seus ecossistemas locais, promovendo a resiliência e a sustentabilidade. Igualmente valoriza o conhecimento tradicional e a prática de gratidão como cruciais para criar uma relação sustentável com a terra, reforçando a importância de integrar a sabedoria

ancestral nos esforços para incentivar comportamentos mais saudáveis e ambientalmente responsáveis (NEPERMA, 2024).

5.8 Reorientação do cuidado em saúde

O fortalecimento da APS, a integração dos serviços de saúde e a garantia de acesso universal e igualitário em todos os níveis de atenção são as principais estratégias desse campo, assim como garantir que os profissionais estejam preparados para atuar de acordo com os princípios da Promoção da Saúde e em tempos de emergências climáticas que também consigam responder às solicitações da Saúde Planetária. Trata-se de um processo complexo e multifacetado que envolve tanto a reforma estrutural dos serviços de saúde em relação às práticas de cuidado, quanto à adequação na formação dos profissionais (WHO, 2023).

Iniciativas como a ESF exemplificam essa reorientação, focando na promoção e prevenção com cuidado contínuo, longitudinal e em contato direto com as comunidades o que têm contribuído significativamente para a redução de internações hospitalares e para a melhoria dos indicadores de saúde nas regiões atendidas (BRASIL, 2018).

A abordagem integrada, que considera todos os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), colabora para alcançar um sistema de saúde mais justo, eficiente e centrado nas necessidades da população. Neste contexto incorporar a permacultura enquanto estratégia de cuidado com as pessoas e com o ambiente corrobora para reorientar modelos de atenção à saúde. Estudos demonstram que a permacultura em ambientes urbanos pode fortalecer projetos como hortas comunitárias, que trazem benefícios para a saúde mental e física, construção de laços sociais e melhoria de hábitos alimentares (FRUMKIN, 2020 SOGA, 2016).

Há uma crescente evidência científica que liga a exposição à natureza com benefícios significativos para a saúde mental e física. Hortas comunitárias e jardins terapêuticos em UBS são espaços verdes que promovem a saúde mental e física dos(as) pacientes e oferecem um ambiente acolhedor, melhorando o bem-estar geral. Esses espaços oferecem oportunidades para atividades físicas leves e contato direto com a natureza, reduzindo o estresse e melhorando o humor (FRUMKIN, 2020; VAN DEN BERG, 2016; BARTON, 2017).

A participação em atividades de jardinagem está associada a uma maior ingestão de vegetais e frutas, além de promover a prática regular de exercícios físicos. Utilizada também como um tratamento ou terapia ocupacional para aqueles com problemas de saúde psicológica, conhecida como “terapia hortícola”. O envolvimento da comunidade local na manutenção das hortas tem mostrado resultados positivos na melhoria da qualidade de vida e na promoção da saúde (CABRAL, 2018; HUNTER, 2019; CAVALCANTE, 2017).

Revisões sistemáticas da literatura que abordam os impactos das atividades em hortas comunitárias na melhora dos resultados de saúde e bem-estar dos indivíduos demonstram uma associação positiva entre saúde e atividade de horticultura comunitária, que se apresenta como uma estratégia viável para a promoção do bem-estar em termos de saúde psicológica, social e física e prática inovadora para promover a saúde pública urbana (GREGIS ET AL, 2021; LAMPERT ET AL, 2021).

Uma metanálise sobre os benefícios da jardinagem para a saúde, demonstra evidências crescentes de que a experiência direta com ambientes naturais oferece uma ampla gama de benefícios para a saúde, com uma consciência crescente entre pesquisadores e profissionais de saúde sobre os potenciais benefícios das atividades de jardinagem para a saúde, como o bem-estar psicológico, os afetos positivos, o senso de comunidade, satisfação com a vida, melhora da condição física e da função cognitiva, redução do nível de estresse e cansaço, bem como dos sintomas de depressão e ansiedade. A autora descreve a associação entre a vida urbana e várias consequências adversas para a saúde, tais como aumento do estresse social e psicológico, dietas ricas em alimentos ultraprocessados, estilos de vida sedentários e níveis aumentados de poluentes ambientais. Os estilos de vida urbanos tornam as ações de promoção de saúde desafiadoras e, diante da constante busca por redução de custos, os resultados apresentados no estudo sugerem que governos e organizações de saúde considerem a jardinagem como uma intervenção benéfica para a saúde e incentivem a participação das pessoas (SOGA; GASTON; YAMAURA, 2016).

No contexto da Saúde Planetária os profissionais de saúde podem atuar como educadores em sustentabilidade, promovendo atividades educativas sobre jardinagem, compostagem e nutrição, capacitando os membros da comunidade a adotar estilos de vida mais saudáveis e sustentáveis. A atuação das(os) profissionais de saúde fora do consultório, promovendo a interação com a natureza, reflete a necessidade de cuidar da terra como parte integrante da saúde humana. A construção do vínculo entre

profissionais e usuários promove relações mais horizontais. Apresenta um cenário de possibilidades, de melhoras para a produção de saúde a partir de uma multiplicidade de processos plenos de sentidos que precisam ter lugar nas políticas públicas e nas ações concretas nos territórios comunitários.

Desenvolver programas de educação que incorporem a Permacultura nos currículos de formação de profissionais de saúde e em programas de educação continuada, e a criação de espaços verdes terapêuticos em unidades de saúde desafiam os(as) profissionais de saúde a repensarem suas relações com o mundo natural e a considerarem novas formas de organização do cuidado que promovam a sustentabilidade e a justiça social e ambiental. Além disso, é crucial fornecer orientações e recursos para ajudar as comunidades a se prepararem para emergências climáticas e a se adaptarem aos seus impactos.

6 CONSIDERAÇÕES

A integração de princípios e técnicas da Permacultura aos serviços da APS pode constituir uma abordagem transformadora para melhorar a qualidade de vida, promover a saúde e responder às solicitações da Saúde Planetária. Ao incorporar princípios ecológicos aos sociais e comunitários, a Permacultura oferece uma abordagem inovadora e sustentável que pode transformar as práticas de cuidado em saúde. Essa integração contribuirá significativamente para a promoção da saúde e o bem-estar, atendendo aos desafios ambientais e de saúde global.

As (Os) profissionais de saúde podem integrar hortas comunitárias como estratégias de cuidado para enfrentar os desafios colocados pela Saúde Planetária e avançar em ações de promoção de saúde humana e ambiental. No entanto, a falta de conhecimento e capacitação em práticas de Permacultura pode ser um obstáculo inicial. Portanto, é essencial investir em capacitações para garantir que as (os) profissionais estejam aptos(as) a implementar e manter práticas sustentáveis.

A adoção dessas práticas na APS e nas comunidades atendidas requer uma mudança cultural significativa, incluindo aprendizados multidisciplinares da Permacultura, Saúde Planetária, conhecimento tradicional assim como o engajamento ativo das (os) moradores e equipes de saúde. Além disso, o apoio institucional e a alocação de recursos adequados são fundamentais para o sucesso a longo prazo dessas

iniciativas. Existem diversos desafios, como a falta de financiamento adequado, a resistência de setores que podem ser adversamente afetados por tais políticas e a necessidade de uma coordenação intersetorial eficaz.

Portanto, integrar a Permacultura na formação e prática das (os) profissionais de saúde da APS pode proporcionar benefícios significativos para as comunidades atendidas. Com a adoção de práticas sustentáveis, as UBS podem se tornar modelos de resiliência e sustentabilidade para melhorar a Saúde Planetária e assim promover a qualidade de vida..

As decisões políticas e econômicas devem considerar os impactos da destruição ambiental na saúde das pessoas e dos ecossistemas. Para superar esses desafios, é essencial o engajamento contínuo da comunidade, a transparência nos processos de tomada de decisão e a avaliação e adequação contínua das políticas.

A Permacultura, a Promoção da Saúde e a Saúde Planetária compartilham a visão de que é possível promover a saúde e o bem-estar por meio de abordagens sustentáveis e sistêmicas, que valorizem a diversidade e a interconexão entre os diferentes aspectos da vida. Integrar os princípios da Permacultura às políticas e práticas de saúde abre perspectivas inovadoras que podem colaborar na construção de formas de vida mais sustentáveis, resilientes e equitativas, beneficiando as gerações presentes e futuras.

A integração entre Permacultura, Promoção da Saúde e Saúde Planetária demonstra um grande potencial para apoiar o desenvolvimento sustentável dentro da ESF. Essas áreas compartilham a visão de que é possível promover a saúde e o bem-estar por meio de abordagens sustentáveis e sistêmicas, valorizando a diversidade e a interconexão entre os diversos aspectos da vida. Iniciativas como o cultivo de hortas agroecológicas em UBS são pontos de partida importantes para promover a integração de saberes e com a participação ativa e política da comunidade. Este diálogo entre conhecimentos, caracterizado como ecologia dos saberes, é essencial para a construção de ambientes de aprendizagem mútua para o envolvimento humano na Saúde Planetária. Fomentar o diálogo entre os diversos saberes e promover uma ecologia dos conhecimentos, onde a aprendizagem mútua e a colaboração interdisciplinar possam florescer e frutificar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. O. **Agricultura urbana: isto e aquilo**. In: Teorias e Práticas Urbanas: Condições Para a Sociedade Urbana. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 419-47.

ALTIERI, M. A.; FUNES-MONZOTE, F. R.; PETERSEN, P. **Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: Contributions to food sovereignty**. Agron Sustain Dev., v. 32, n. 1, p. 1-13, 2017.

AKERMAN, et al. **Localização municipal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como possibilidade para seguir ativando a Agenda 2030: uma revisão narrativa**. ABCS HEALTH SCIENCES, v. 1, p. 1, 2024. Disponível em: <https://discovery.researcher.life/article/localizacao-municipal-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-ods-como-possibilidade-para-seguir-ativando-a-agenda-2030-uma-revisao-narrativa/baab707b255e30219208850171e5108f>. Acesso em fev 2024.

BARTON, J.; ROGERSON, M. **The importance of greenspace for mental health**. BJPsych Int., v. 14, n. 4, p. 79-81, nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica, no âmbito do sistema único de saúde (SUS). Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de Gestão 2023**. Brasília: MS, 2023. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_Integral_gestao_tcu_MS_2023.pdf Acesso em: março 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: MS, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2017**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2017. Brasília: MS, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023**. Atualiza o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e institui o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Diário Oficial da União, 12 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **CONSÓRCIO PARCERIA 21. Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília, 2000.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas marco teórico**. Brasília : Funasa, 2021. Disponível em :
: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/tss_-_volume_1.pdf - Acesso em: março 2024.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510/2016**. Recuperado em 31 de outubro de 2017. Disponível em:
<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: abril 2024.

BUSS, P. M. et al. **Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020)**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, 2020.

CABRAL, I. E.; NEVES, D. S.; BOMFIM, E. **A promoção da saúde no contexto das práticas agroecológicas: um estudo de caso**. Rev Bras Saude Prod Anim., v. 19, n. 4, p. 784-92, 2018.

CARLOS, A. F. A. A. **Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial**. Geosp - Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163371>. Acesso em: março 2024.

CAVALCANTE, S. R. et al. **Horta na UBAS: Uma Experiência de Educação e Promoção da Saúde**. Rev Bras Promoc Saude, 2017.

FIOCRUZ. **Agriculturas urbanas agroecológicas e promoção da saúde: fortalecendo diálogos, memórias e redes**. SOARES, Lorena Portela (Org.). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, Fiocruz / Articulação Nacional de Agroecologia, 2023.

FIOCRUZ. Canal Saúde na Estrada - **Florianópolis (SC) - Agricultura Urbana e Saúde**. Fiocruz, 2018. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/canal-saude-na-estrada-florianopolis-sc-agricultura-urbana-e-saude>. Acesso em: abril 2024..

FLORIANÓPOLIS. Casa Civil. **Decreto n. 16408, de 2016**. Fica instituído grupo de trabalho para a elaboração de estudo para criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana e dá outras providências. 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2016/1641/16408/decreto-n-16408-2016-fica-instituido-grupo-de-trabalho-para-a-elaboracao-de-estudo-para-criacao-do-programa-municipal-de-agricultura-urbana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: abril 2024..

FLORIANÓPOLIS. Casa Civil. **Decreto n. 17688, de 2017**. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana. 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2017/1769/17688/decreto-n-17688-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-agricultura-urbana?q=17688>. Acesso em: abril 2024..

FLORIANÓPOLIS. Casa Civil. **Decreto n. 18680, de 2018**. Altera o art. 5 do Decreto n. 17688 de 2017, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana. 2020. Disponível em: [link do documento]. Acesso em: abril 2024..

FLORIANÓPOLIS. Secretaria da Saúde. Comissão de Práticas Integrativas e Complementares. **Guia de Plantas Medicinais de Florianópolis**. 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/10/1122249/guia-de-plantas-medicinais-de-florianopolis.pdf>. Acesso em: janeiro 2024.

FLOSS, M.; BARROS, E. F. **Saúde planetária: conclamação para a ação dos médicos de família de todo o mundo**. Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade, v. 14, n. 41, p. 1992, 1º mar. 2019..

FRUMKIN, H. **Nature Contact and Human Health: A Research Agenda**. Environ Health Perspect., 2020.

GIOVANELLA, L. et al. **Saúde da família: limites e possibilidades para uma abordagem integral de atenção primária à saúde no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva, v. 14, n. 3, jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: janeiro 2024..

GREGIS, A. et al. **Community Garden Initiatives Addressing Health and Well-Being Outcomes: A Systematic Review of Infodemiology Aspects, Outcomes, and Target Populations**. Int J Environ Res Public Health, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7922762/>. Acesso em: janeiro 2024..

HOLMGREN, D. **Future Scenarios: How Communities Can Adapt to Peak Oil and Climate Change**. Chelsea Green Publishing, 2009. Disponível em: <https://archive.org/details/futurescenariosh0000holm>. Acesso em: janeiro 2024..

HOLMGREN, D. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

HORTON, R. et al. **From public to planetary health: a manifesto**. Lancet, v. 383, n. 9920, p. 847, 8 mar. 2014.

HUNTER, M.; GILLESPIE, B.; YU-PU CHEN, S. **Experiencias de naturaleza urbana reducen el estrés en el contexto de la vida diaria basado en biomarcadores salivales**. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2019.00722/full>. Acesso em: janeiro 2024..

ICLEI. SUGI-IFWEN project. **Closing the Loop: Towards self sufficiency via community engagement in Florianópolis**, ICLEI, 2022. Disponível em: https://e-lib.iclei.org/publications/IFWEN_Florianopolis_FINAL.pdf. Acesso em: janeiro 2024.

- LALONDE, M. **A New Perspective on the Health of Canadians**. Ottawa, 1981.
- LAMPERT, T. et al. **Evidence on the contribution of community gardens to promote physical and mental health and well-being of non-institutionalized individuals: A systematic review**. PLoS One, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8345884/>. Acesso em: junho 2024.
- LATOUR, B. **Facing Gaia: Eight Lectures on the New Climatic Regime**. Porter C., tradutor. Cambridge: Polity Press, 2017.
- LEHMANN, S. **Urban Regeneration: A Manifesto for Transforming UK Cities in the Age of Climate Change**. Palgrave Macmillan, 2020.
- MACHADO, G. C. X. M. P et al. **Territórios Sustentáveis e Saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível no site <https://repositorio.funasa.gov.br/handle/123456789/680>. Acesso em: junho 2024.
- MERHY, E. E. et al. **A promoção da saúde vista genealogicamente como prática discursiva em sua produção de mundos e uma leitura micropolítica dos determinantes sociais da saúde**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. UNESP, 2023.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOLLISON, B. **Permaculture: A Designers' Manual**. Tagari Publications, 1988.
- NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA DA UFSC. **O que é permacultura?**. Disponível em: <https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>. Acesso em: maio 2024.
- ROMANELLO, M. et al. **Relatório de 2021 da contagem regressiva da Lancet sobre saúde e mudanças climáticas: código vermelho para um futuro saudável**. Revista Lancet, v. 398, p. 1619–62, 2021. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)01787-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)01787-6/fulltext). Acesso em: junho 2024..
- ROMANELLO, M. et al. **The 2022 report of the Lancet Countdown on health and climate change**. Lancet, v. 400, p. 1619-54, 2022.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta paul. enferm., v. 20, n. 2, p. v–i, abr. 2007. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: janeiro 2024.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras**. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE, 2007.

SOGA, M.; GASTON, K. J.; YAMAURA, Y. **Gardening is beneficial for health: A meta-analysis**. Prev Med Rep., nov. 2016.

STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: Unesco, Ministério da Saúde, 2002.

TRAJANO, M. et al. **Hortos agroflorestais medicinais biodinâmicos: uma contribuição para a atenção primária à saúde**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 5, p. 698-709, 2023.

UFSC. TV UFSC Cidade - **Agricultura Urbana em Florianópolis**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AKI4rJI3Ktk>. Acesso em: janeiro 2024.

UNITED NATIONS. **The Millennium Development Goals Report 2015**. New York: United Nations, 2015.

VAN DAALEN, K. R. et al. **The 2024 Europe report of the Lancet Countdown on health and climate change: unprecedented warming demands unprecedented action**. Lancet Public Health, v. 9, p. e495–522, 12 maio de 2024. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(24\)00055-0](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(24)00055-0). Acesso em: janeiro 2024..

VAN DEN BERG, A. E. et al. **Green Space as a Buffer between Stressful Life Events and Health**. Soc Sci Med., 2016.

WHITMEE, S. et al. **Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health**. The Lancet, v. 386, n. 10007, p. 1973-2028, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **10^e Conférence mondiale sur la promotion de la santé.** Geneva: WHO, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Promoting health: Guide to national implementation of the Shanghai Declaration.** Geneva: WHO, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Ottawa Charter for Health Promotion. First International Conference on Health Promotion.** Geneva: WHO, 1986.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Sustainable Development Goals Report 2023:** Special Edition. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/>. Acesso em: janeiro 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Declaração de Sundsvall. Promoção da Saúde e Ambientes Favoráveis à Saúde.** 3^a Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Sundsvall, Suécia, Junho de 1991. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_sundsvall.pdf. Acesso em: janeiro 2024.